## CLIPPING IMPRESSO 20/04/2021



## INDICE

1.	JORNAL ATOS E FATOS	
	1.1. INSTITUCIONAL	3
2.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	2.1. INSTITUCIONAL	5
	2.2. PUBLICIDADE LEGAL	
3.	JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
	3.1. INSTITUCIONAL	3
4.	JORNAL O IMPARCIAL	
	4.1. INSTITUCIONAL	10
5.	JORNAL O PROGRESSO	
	5.1. PRESIDÊNCIA	12
	5.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	15
6.	JORNAL PEQUENO	
	6.1. INSTITUCIONAL	17
	6.2. JUIZADOS ESPECIAIS	
	6.3. JUÍZES	
	6.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
7.	O GLOBO	
	7.1. JUIZADOS ESPECIAIS	23

Governo do MA cede área para implantação de usina de energia solar na Grande Ilha

**PÁGINA 2** 

OSITIVA - CM.: 92 ( 23 X 4 C Grande Ilha

## Governo cede área para implantação de usina de energia solar na Grande Ilha

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (Seinc), cedeu ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) uma área para implantação de uma Usina de Energia Solar, com foco sustentável.

A usina será implantada em uma área com extensão de 70 mil metros quadrados, localizada em uma estrada que liga os municípios de São Luís e São José de Ribamar.

O projeto prevê uma Usina de Energia Solar que irá garantir economia com a redução significativa dos custos com energia elétrica, visando maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

A área cedida pelo Governo do Estado foi vistoriada pelo secretário da Seinc, Simplício Araújo, e pelo presidente do TJMA, o desembargador Lourival Serejo.

Durante a vistoria, Simplício Araújo reforçou o apoio do governador Flávio Dino à implantação da usina. "Esta implantação importante ao Maranhão acompanha os avanços do Governo do Estado em buscar iniciativas de fontes limpas e renováveis, sem quaisquer indícios de degradação ambiental. É por meio de parcerias como esta que seguiremos contribuindo para o desenvolvimento do Maranhão", disse o secretário.

## Projeto

A proposta da usina será de 5 megawatts, com, aproximadamente, 12.500 placas fotovoltaicas, com foco em contribuir para que o Brasil cumpra a Agenda 2030, que tem como objetivo o Desenvolvimento Sustentável.

Além do fornecimento de energia solar, o projeto global da usina prevê, ainda, uma parceria institucional com o Governo do Maranhão e a Prefeitura de São Luís, possibilitando aos alunos da rede de ensino público, fundamental e ensino médio, o acesso às instalações da usina para aprendizado sobre sustentabilidade e geração de energia.



Secretário Simplício Araújo e o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, vistoriaram a área de instalação da usina

## Sustentabilidade

## Tribunal de Justiça implantará usina de energia solar

**GERAL 9** 

## TJMA vai instalar usina solar para poupar energia

Estrutura funcionará em um terreno cedido pelo governo estadual situado na Estrada de Ribamar

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai implantar – com foco sustentável – uma Usina de Energia Solar, cujo funcionamento vai garantir economia com a redução significativa dos custos com energia elétrica, proporcionando maior eficiência na utilização de recursos públicos.

A usina será instalada em uma área cedida pelo Governo do Estado do Maranhão, na estrada que liga a cidade de São Luís ao município de São José de Ribamar. A extensão da área é de 70 mil metros quadrados.

A área foi visitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, acompanhado do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do diretorgeral do Tribunal, Mário Lobão, do engenheiro Patryckson Santos e assessores do Judiciário.

Na ocasião, o secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, ratificou o apoio do Governo do Estado do Maranhão à iniciativa do Poder Iudiciário. Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, "em termos de sustentabilidade, não há energia melhor do que a fonte limpa e renovável e não poluente de uma usina solar, que não traz nenhum causa degradação ambiental".

O desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, afirmou que "a usina é um projeto grandioso e a área escolhida para sua implantação tem uma extensão adequada para o projeto, possuindo as características ideais para a absorção de energia solar".

## Projeto

De acordo com informações do engenheiro do TJMA, Patryckson Santos, "o projeto prevê uma Usina de Energia Solar de 5 megawatts que contará com aproximadamente 12.500 placas fotovoltaicas". Ele disse que a inciativa contribuirá significativamente para que o Brasil cumpra a Agenda 2030, que tem como foco o desenvolvimento sustentável.•

Integra em oestadoma.com/500045



## ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2021 Processo nº 4757/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ares-condicionados da Comarca de Caxias; Justificativa: Ajuste no termo de referência – qualificação ténica e vistoria; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; Email: colicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3261 6181 / 6194. São Luis, 19 de abril de 2021.

André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.



## ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP n° 24/2021 Processo n° 5436/2021

Objeto: Registro de Preço para aquisição de aparelhos de Raio-X para detecção de objetos; Abertura: 04/05/2021 às 09:00h (horário de Brasília-DF); Local: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: <a href="mailto:colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a>. Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 16 de abril de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).



## ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 25/2021 Processo nº 3.142/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço continuado de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva para o sistema de webconferência — Bigbhuebutton (apoiados nas Linux, Asterisk, MySQL, PHP, Java, Ldap, Zabbix, Html, Ruby, JavaScript, tomcat, nginx, FreeSwitch, Red5, Redis); Abertura: 05/05/2021 às 10:00h (horário de Brasília); Local: <a href="www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: <a href="mailto:colicitacao@tima.jus.br">colicitacao@tima.jus.br</a>.

Fone: (98) 3261-6194. São Luís/MA, 16 de abril de 2021. Thiego Chung de Farias - Pregociro do TJMA.

# Magistrados tentam evitar aval a delação de desembargadora

Vazamento de suposto termo motivou ações; Sandra Inês Rusciolelli está presa

## **OPERAÇÃO FAROESTE**

José Marques e João Pedro Pitombo

são PAULO E SALVADOR A possibilidade de o STJ (Superior Tribunal de Justiça) validar a delação de uma desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia, alvo da Operação Faroeste (que investiga suspeita de vendas de decisões judiciais), tem movimentado magistrados em uma ofensiva jurídica contrária à colaboração.

Em março de 2020, a Polícia Federal prendeu a desembargadora Sandra Inês Rusciolelli em uma das fases da Faroeste. Também foi preso o filho dela, o advogado Vasco Rusciolelli, suspeito de ser o operador financeiro do esquema.

Mãe e filho foram denunciados sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro e de integrar organização criminosa. Segundo o Ministério Público Federal, os dois negociaram propinas de R\$ 4 milhões e receberam, efetivamente, R\$ 2,4 milhões.

Em uma ação controlada, a PF conseguiu registros de Vasco recebendo R\$ 250 mil para a desembargadora dar decisão favorável a uma empresa.

Ambos firmaram delação premiada que implica outras autoridades baianas, mas os termos estão sob sigilo e sua validade ainda depende de homologação do ministro Og

Fernandes, do STJ. Em setembro, Sandra Inês foi transferida para prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica.

A apuração da Faroeste se expandiu com a ajuda de outras delações, já validadas. Além de magistrados, a operação tem investido sobre advogados que atuavam intermediando a venda de despachos e sobre figuras do poder público suspeitas de participar de irregularidades.

Até fevereiro de 2021, oito desembargadores já haviam sido afastados do TJ-BA, além de três juízes. Três desembargadoras estão presas preventivamente, além de Sandra Inês, em regime domiciliar.

Segundo as apurações da Faroeste, advogados intermediavam os interesses de quem precisava de decisões judiciais favoráveis e estava disposto a subornar magistrados.

Em alguns casos, os rascunhos de despachos de juízes e desembargadores eram elaborados por esses advogados. A operação também avançou sobre o Executivo e sobre o Ministério Público da Bahia, e há processos ligados a envolvidos em outros estados.

O ponto de partida foi a suspeita de grilagem em uma área de 366 mil hectares no extremo oeste da Bahia. O terreno tem cinco vezes o tamanho de Salvador. Depois, descobriu-se que a área objeto de decisões supostamente compradas era

próxima de 800 mil hectares.

Como desde o início envolveu suspeita sobre desembargadores, que têm foro especial, a operação tramita no STJ, sob a relatoria de Og.

A possibilidade de homologação da delação de Sandra Inês movimentou um grupo de magistrados, incluindo a juíza Nartir Weber, presidente da Amab (Associação de Magistrados da Bahia).

O advogado de Sandra e Vasco, Pedro Henrique Duarte, não nega nem confirma que seus clientes tenham firmado colaboração, mas ele também virou alvo das ações. E agora pede investigação contra a presidente da Amab por suposta obstrução de Justiça.

O motivo dos atritos é que, no ano passado, começaram a circular supostas versões da colaboração em grupos de um app de mensagens, com menções a outros juízes e desem-



A desembargadora Sandra Inês Rusciolelli Divulgação TJ-BA

bargadores, relacionando-os a suspeitas de irregularidades.

Essas versões nunca foram reconhecidas como autênticas e têm sido rechaçadas pela defesa de Sandra Inês, mas geraram pedidos de investigações sobre o suposto vazamento.

Em áudios a uma pessoa da família de Sandra Inês em 2 de setembro de 2020 obtidos pela Folha, a presidente da Amab disse que as negativas de soltura advinham do desejo de que ela delatasse.

"As pessoas ficaram muito chateadas, e a gente não sabe [os motivos], porque envolve muitos advogados, muita gente, é uma lista imensa, e fico até preocupada com a segurança dela", afirmou a presidente da Amab, que ainda disse para ambas apagarem a conversa no aplicativo.

No mesmo áudio, a juíza Nartir afirma que no dia anterior teria encaminhado um ofício à procuradora e à delegada responsáveis pelo caso para avisar sobre o vazamento da suposta lista da delação.

De janeiro a março deste ano, houve uma série de pedidos de providência tanto de sete magistrados mencionados no suposto termo de colaboração premiada quanto da presidente da Amab.

As dos magistrados foram enviadas ao STJ, com pedidos de consideração a respeito de eventuais vazamentos quando Og decidir sobre a homologação. As de Nartir foram enviadas à subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, afirmando que havia possível quebra de sigilo.

Os sete magistrados, representados formalmente pela Amab, ainda ingressaram com uma representação na Justiça baiana em março contra o advogado Pedro Duarte. Eles citam o suposto protótipo da delação que circulou em redes sociais e afirmam considerar o conteúdo "altamente ofensivo à [sua] honra e imagem".

No dia 12, foi a vez de Duarte ingressar com petição na PGR acusando a Nartir Weber de obstruir o desenrolar das apurações da Faroeste.

Ele cita o áudio enviado à família da desembargadora, classifica seu teor como estarrecedor e a acusa de ameaçar Sandra Inês. "A presidente da Amab prefere enveredar pelo caminho da impunidade, do acobertamento, da dissimulação", afirma o advogado.

À Folha Nartir informou que, diante da circulação do que parecia ser uma delação premiada que expunha nomes de magistrados, foi instada pelos associados atingidos a tomar providências, o que motivou o pedido de abertura de investigação à PGR.

Sobre o áudio à família de Sandra Inês, ela diz que a desembargadora sempre buscou apoio da Amab e, após ser presa, seus familiares passaram a entrar em contato com ela buscando apoio institucional.

Sobre a petição da defesa de Sandra Inês que a acusa de obstrução de Justiça, a presidente da Amab disse desconhecer o seu teor, razão pela qual não iria se pronunciar.

A guerra de narrativas e versões tem sido uma marca da Faroeste, que envolveu produtores rurais, magistrados políticos e até um falso cônsul.

## +

## Outros escândalos no Judiciário

## Operação Naufrágio

Em 2008, prendeu três desembargadores, após suspeitas de venda de sentenças. Foram denunciadas 26 pessoas

## Operação Expresso 150

Apurou suspeita de vendas de sentença por desembargador do CE. Segundo denúncia, um grupo negociava pelo WhatsApp decisões favoráveis a presos durante o plantão judiciário

## Operação Cosme

Em novembro, PF e MPF cumpriram busca e apreensão ligados a desembargadores do TJ-MG, em apuração sobre suposto recebimento de propina para influenciar na solução e no andamento de processos

### Operação Plantão

Suspeita de venda de liminares levou ao afastamento de um desembargador do RJ

#### Operação Appius

Fase da Lava Jato de SP, cumpriu em 2019 busca e apreensão em endereços ligados ao ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha para investigar suspeita de pagamentos de propina com o objetivo de anular a Operação Castelo de Areia

## Caso Lalau

O ex-presidente do TRT-SP Nicolau dos Santos Neto foi condenado em 2006 com o ex-senador Luiz Estevão pelo desvio de quase R\$ 170 milhões do Fórum Trabalhista de SP. Ele morreu em 2020



## TJMA implantará usina de energia solar

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai implantar – com foco sustentável – uma Usina de Energia Solar, cA área foi visitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, acompanhado do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão, do engenheiro Patryckson Santos e assessores do Judiciário.

PÁGINA 3

## **SUSTENTABILIDADE**

# TJMA implantará usina de energia solar



O Tribunal de Justiça do Maranhão vai implantar – com foco sustentável – uma Usina de Energia Solar, cujo funcionamento vai garantir economia com a redução significativa dos custos com energia elétrica, proporcionando maior eficiência na utilização de recursos públicos.

A usina será instalada em uma área cedida pelo Governo do Estado do Maranhão, na estrada que liga a cidade de São Luís ao município de São José de Ribamar. A extensão da área é de 70 mil metros quadrados.

A área foi visitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, acompanhado do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão, do engenheiro Patryckson Santos e assessores do Ju-

diciário.

Na ocasião, o secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, ratificou o apoio do Governo do Estado do Maranhão à iniciativa do Poder Judiciário.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, "em termos de sustentabilidade, não há energia melhor do que a fonte limpa e renovável e não poluente de uma Usina Solar, que não traz nenhum tipo de degradação ambiental".

O desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJ-MA, afirmou que "a usina é um projeto grandioso e a área escolhida para sua implantação tem uma extensão adequada para o projeto, possuindo as características ideais para a absorção de energia solar".

Projeto

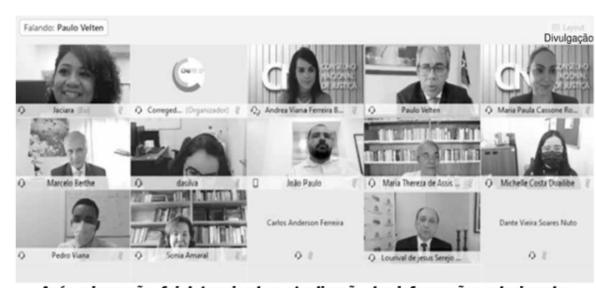
De acordo com informações do engenheiro do TJMA, Patryckson Santos, "o projeto prevê uma Usina de Energia Solar de 5 megawatts que contará com aproximadamente 12.500 placas fotovoltaicas". Ele disse que a inciativa contribuirá significativamente para que o Brasil cumpra a Agenda 2030 que tem como foco o Desenvolvimento Sustentável.

Além do fornecimento de energia solar, o projeto global da usina prevê uma parceria institucional com o Governo do Maranhão e a Prefeitura de São Luís, possibilitando aos alunos da rede de ensino público, fundamental e ensino médio, o acesso às instalações da usina para aprendizado sobre sustentabilidade e geração de energia. No âmbito do Poder Judiciário, o projeto é desenvolvido pelo Núcleo Socioambiental, Diretoria de Engenharia e Diretoria-Geral, com o acompanhamento técnico-científico do engenheiro Patryckson Santos e a colaboração do estagiário de engenharia, Gabriel Santana.

# CGJ-MA realizará força-tarefa para atualizar informações sobre cartórios extrajudiciais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou uma inspeção a distância, por meio de plataforma virtual de videoconferência, no dia 9 de abril, das 14h às 16h, com o objetivo de verificar o funcionamento da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão na fiscalização do serviço extrajudicial.

Após a inspeção, foi determinada a atualização das informações relacionadas às serventias extrajudiciais no Programa Justiça Aberta, do CNJ. Segundo a coordenado-



Após a inspeção, foi determinada a atualização das informações relacionadas às serventias extrajudiciais no Programa Justiça Aberta, do CNJ

**EXTRAJUDICIAIS** 

ra das serventias da CGJ-MA, Jaciara Rodrigues, será criada uma força-tarefa para realizar o saneamento das informações do Programa Justiça Aberta e posterior encaminhamento para a base de dados do CNJ.

A pauta da reunião da inspeção entre autoridades do CNJ, Tribunal de Justica e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão tratou da apresentação das atribuições da Coordenadoria de Gestão dos Servicos Notariais e de Registro (CONR) do CNJ, do Sistema de Registro de Imóveis (SREI), dos concursos de outorga de delegação e lista de vacância das serventias extrajudiciais e do Programa Justiça Aberta, dentre outras informações solicitadas pela equipe de inspeção.

Os trabalhos de inspeção foram delegados ao desembargador Marcelo Martins Berthe, coordenador da equipe de inspeção, e à juíza Maria Paula Cassone Rossi, ambos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme a Portaria-CNJ nº 27, de 25 de março de 2021, pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Poder Judiciário.

Participaram da sessão de inspeção a ministra Maria Thereza de Assis Moura (CNJ), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; as juízas auxiliares Sara Gama (serventias extrajudiciais) e Sônia Amaral; o diretor da secretaria da CGJ-MA, Carlos Anderson Ferreira; a chefe de gabinete, Lêda Nascimento; a chefe da as-

sessoria jurídica, Michelle Silva Costa; a coordenadora das Serventias Extrajudiciais, Jaciara Santos Rodrigues; a supervisora do setor de prestação de contas dos delegatários interinos, Delza Abreu Silva; o chefe da Divisão de Correições e Inspeções, João Paulo Cordeiro, e servidores do CNJ e da CGJ-MA.

## JUSTIÇA ABERTA

O Programa Justiça Aber-

ta, do CNJ, reúne e disponibiliza, na internet, dados estatísticos fornecidos pelos magistrados e secretarias judiciais de todo o país. Periodicamente, os dados são conferidos pela Corregedoria Nacional de Justiça por amostragem. Eventuais impropriedades podem ser comunicadas por qualquer interessado à Corregedoria Nacional de Justiça pelo e-mail justica.aberta@cnj.jus.br.

Na área extrajudicial, o programa inclui informações sobre cartórios cadastrados e ativos, hospitais e registradores interligados e relatórios por especialidades e ranking de arrecadação por estado.

Segundo informações do programa, o Maranhão possui 291 cartórios extrajudiciais cadastrados e ativos, dos quais 52 estão com pendências nas informações sobre os atos praticados e arrecadações no segundo semestre de 2020. (Helena Barbosa - Asscom CGJ)

## Cartórios têm 48h para informar produtividade ao CNJ



Prazo cumpre determinação do CNJ em inspeção na área extrajudicial

A Corregedoria Geral da Justiça estabeleceu o prazo de 48 horas para os cartórios extrajudiciais com pendências de informação sobre produtividade no Programa "Justiça Aberta" atualizarem os seus dados junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A medida cumpre determinação do CNJ em inspeção realizada nas atividades da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, na área extrajudicial, no dia 9 de abril, que constatou pendências na prestação de informações por alguns cartórios.

No procedimento aberto para encaminhar a determinação do CNJ, o corregedorgeral da Justiça, desembargador Paulo Velten, afirma ser dever do responsável pelo serviço notarial e registral manter o banco de informações atualizado e pede urgência na conclusão do processo.

O desembargador fundamentou a decisão no Provimento nº 24/2012 do CNJ, no sentido de que sejam notificadas as serventias com pendência para que, no prazo de até 48 horas, atualizem os cadastros de suas unidades junto ao Justiça Aberta, "especialmente quanto aos dados de arrecadação em questão, mantendo-os sempre em conformidade ao Provimento regente, sob pena de responsabilização administrativo-disciplinar".

Em comunicado aos cartórios, em 16 de abril, a coordenadora do setor das serventias da CGJ-MA, Jaciara Rodrigues, observa que o não cumprimento do prazo de 48 horas para a atualização dos dados acerca da produtividade pelos cartórios pendentes resultará em responsabilização administrativo-disciplinar.

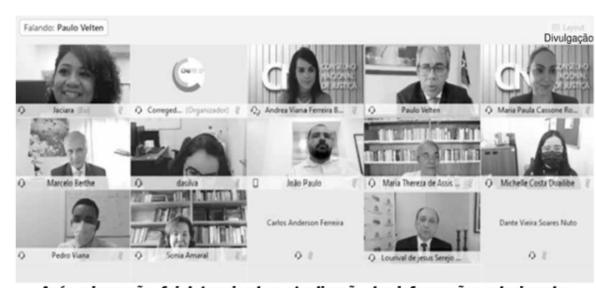
Segundo informações do Programa "Justiça Aberta", o Maranhão possui 291 cartórios extrajudiciais cadastrados e ativos, dos quais 52 estão com pendências nas informações apuradas no segundo semestre de 2020. (Helena Barbosa – Asscom CGJ)

OSITIVA - CM.: 75 ( 25 x 3 col )
EXTRAJUDICIAIS

# CGJ-MA realizará força-tarefa para atualizar informações sobre cartórios extrajudiciais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou uma inspeção a distância, por meio de plataforma virtual de videoconferência, no dia 9 de abril, das 14h às 16h, com o objetivo de verificar o funcionamento da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão na fiscalização do serviço extrajudicial.

Após a inspeção, foi determinada a atualização das informações relacionadas às serventias extrajudiciais no Programa Justiça Aberta, do CNJ. Segundo a coordenado-



Após a inspeção, foi determinada a atualização das informações relacionadas às serventias extrajudiciais no Programa Justiça Aberta, do CNJ

ra das serventias da CGJ-MA, Jaciara Rodrigues, será criada uma força-tarefa para realizar o saneamento das informações do Programa Justiça Aberta e posterior encaminhamento para a base de dados do CNJ.

A pauta da reunião da inspeção entre autoridades do CNJ, Tribunal de Justica e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão tratou da apresentação das atribuições da Coordenadoria de Gestão dos Servicos Notariais e de Registro (CONR) do CNJ, do Sistema de Registro de Imóveis (SREI), dos concursos de outorga de delegação e lista de vacância das serventias extrajudiciais e do Programa Justiça Aberta, dentre outras informações solicitadas pela equipe de inspeção.

Os trabalhos de inspeção foram delegados ao desembargador Marcelo Martins Berthe, coordenador da equipe de inspeção, e à juíza Maria Paula Cassone Rossi, ambos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme a Portaria-CNJ nº 27, de 25 de março de 2021, pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Poder Judiciário.

Participaram da sessão de inspeção a ministra Maria Thereza de Assis Moura (CNJ), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; as juízas auxiliares Sara Gama (serventias extrajudiciais) e Sônia Amaral; o diretor da secretaria da CGJ-MA, Carlos Anderson Ferreira; a chefe de gabinete, Lêda Nascimento; a chefe da as-

sessoria jurídica, Michelle Silva Costa; a coordenadora das Serventias Extrajudiciais, Jaciara Santos Rodrigues; a supervisora do setor de prestação de contas dos delegatários interinos, Delza Abreu Silva; o chefe da Divisão de Correições e Inspeções, João Paulo Cordeiro, e servidores do CNJ e da CGJ-MA.

## JUSTIÇA ABERTA

O Programa Justiça Aber-

ta, do CNJ, reúne e disponibiliza, na internet, dados estatísticos fornecidos pelos magistrados e secretarias judiciais de todo o país. Periodicamente, os dados são conferidos pela Corregedoria Nacional de Justiça por amostragem. Eventuais impropriedades podem ser comunicadas por qualquer interessado à Corregedoria Nacional de Justiça pelo e-mail justica.aberta@cnj.jus.br.

Na área extrajudicial, o programa inclui informações sobre cartórios cadastrados e ativos, hospitais e registradores interligados e relatórios por especialidades e ranking de arrecadação por estado.

Segundo informações do programa, o Maranhão possui 291 cartórios extrajudiciais cadastrados e ativos, dos quais 52 estão com pendências nas informações sobre os atos praticados e arrecadações no segundo semestre de 2020. (Helena Barbosa - Asscom CGJ)

(...)



DIVULGAÇÃO

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e o secretário de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, na visita ao terreno em que será construída uma usina de energia solar na estrada de Ribamar

# Tribunal de Justiça do Maranhão implantará usina de energia solar

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai implantar — com foco sustentável — uma Usina de Energia Solar, cujo funcionamento vai garantir economia com a redução significativa dos custos com energia elétrica, proporcionando maior eficiência na utilização de recursos públicos.

A usina será instalada em uma área cedida pelo Governo do Estado do Maranhão, na estrada que liga a cidade de São Luís ao município de São José de Ribamar. A extensão da área é de 70 mil metros quadrados. A área foi visitada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, acompanhado do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, do secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, do diretorgeral do Tribunal, Mário Lobão, do engenheiro Patryckson Santos e assessores do Judiciário. Na ocasião, o secretário estadual de Indústria, Comércio e Energia, Simplí-cio Araújo, ratificou o apoio do Governo do Estado do Maranhão à iniciativa do Poder Judiciário.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, "em termos de sustentabilidade, não há energia melhor do que a fonte limpa e renovável e não poluente de uma



Simplício Araújo e o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, vistoriaram a área de instalação da usina

Usina Solar, que não traz nenhum tipo de degradação ambiental". O desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, afirmou que "a usina é um projeto grandioso e a área escolhida para sua implantação tem uma extensão adequada para o projeto, possuindo as características ideais para a absorção de energia solar".

#### **PROJETO**

De acordo com informações do engenheiro do TJMA, Patryckson Santos, "o projeto prevê uma Usina de Energia Solar de 5 megawatts que contará com aproximadamente 12.500 placas fotovoltaicas". Ele disse que a inciativa contribuirá significativamente para que o Brasil cumpra a Agenda 2030 que tem como foco o Desenvolvimento Sustentável. Além do fornecimento de energia solar, o projeto global da usina prevê uma parceria institucional com o Governo do Maranhão e a Prefeitura de São Luís, possibilitando aos alunos da rede de ensino público, fundamental e ensino médio, o acesso às instalações da usina para aprendizado sobre sus-tentabilidade e geração de energia.

cliente

## Loja que não entregou produto nem devolveu dinheiro é condenada a ressarcir cliente

A empresa Lojas Americanas S/A foi condenada a ressarcir um cliente, em danos materiais e morais, por não realizar a entrega de uma televisão comprada e paga pelo autor da ação, e não efetuar o estorno do valor pago. O consumidor informou que, em 1º de dezembro de 2019, realizou a compra de uma Smart TV Led, no site da loja Shoptime, pagando o preço total mais o frete, com promessa de receber o produto 46 dias depois da compra. Após o prazo inicial e depois de realizar algumas reclamações, em 23 de janeiro de 2020, o cliente foi surpreendido com uma mensagem no aplicativo da Shoptime.

A mensagem, enviada por uma analista de atendimento, dizia que a compra havia sido cancelada devido a problemas no transporte, e que foi gerado um vale-compras no valor de R\$2.870,32, com validade de 12 meses, o qual somente poderia ser utilizado no site da Shoptime, encerrando o protocolo de atendimento. Na mesma data, o autor enviou nova mensagem comunicando que não havia cancelado a compra e que, se a Shoptime fez o cancelamento contra a sua vontade, o autor seria obrigado a recorrer à Justiça.

Por fim, alegou que tentou amigavelmente fazer

com que a empresa cessasse o desrespeito a ele, dando até o dia 31 de janeiro de 2020 para a entrega da TV. Contudo, apenas foi informado que o reembolso foi liberado no dia 23 de janeiro de 2020 e de que o estorno ocorreria na próxima fatura ou na seguinte, de acordo com as regras da administradora do cartão, mas o estorno nunca ocorreu.

O consumidor também relatou que no site da loja o produto continuava sendo anunciado, mas em valor bem maior que o negociado anteriormente. Diante disso, requereu a condenação da ré em indenização por danos morais, além da devolução do valor pago pelo produto com correção.

Em contestação, a empresa argumentou que o caso trazido pela parte autora ocorreu entre o consumidor e outra empresa - Seller Prime - para a compra e venda do produto, sendo apenas um espaço virtual de negociação, não podendo ser responsabilizada pelos danos alegados.

## SEM CONTESTAÇÃO DOS FATOS

"Primeiramente, afasto a preliminar de ilegitimidade, posto não haver dúvidas de que a compra foi realizada pelo site da reclamada, o que a torna, a princípio, parte legítima para figurar como ré na demanda (...) Trata-se de

relação de consumo, em que o Código de Defesa do Consumidor permite a inversão do ônus da prova em prol do consumidor. (...) Após análise detida dos autos, entende-se que está perfeitamente delineada a falha na prestação de serviços pela ré", verifica a sentença, frisando que em momento algum a requerida contestou a narrativa dos fatos pelo autor.

"Assim, é incontroverso que o produto não foi entregue, sendo esta a primeira falha de serviço. A segunda está consubstanciada na ausência de estorno, mesmo após informá-la ao autor (...) Note-se que a alegação da ré de que não houve tempo para juntada do comprovante de estorno soa absurda, uma vez que a compra foi realizada ainda no ano de 2019, há mais de dez meses. Assim, diante das falhas seguidas, o pedido de reparação por danos morais e materiais deve ser acolhido".

"Há de se julgar parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré, Lojas Americanas S/A, a ressarcir ao autor a quantia de R\$2.870,32, bem como ao pagamento de 3 mil reais, a título de indenização por danos morais", finalizou a sentença judicial, proferida pelo 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

com hidrocefalia

## **Bom Jardim**

# Município e Estado estão obrigados a garantir cirurgia de criança com hidrocefalia

Decisão acolheu pedido do Ministério Público do Maranhão em Ação Civil Pública

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, no dia 17 de abril, que o Município de Bom Jardim e o Estado do Maranhão providenciem, no prazo de dois dias, a realização de cirurgia em criança de 5 anos diagnosticada com hidrocefalia congênita e forneçam medicamento essencial para a saúde do menino. Assinou a Ação Civil Pública, com o pedido de medida liminar, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira. Proferiu a sentença o juiz Marcelo Moraes Rego de Souza. Diagnosticada com a referida doença desde os primeiros dias de vida, a criança se encontra com a saúde comprometida, necessitando com máxima urgência de um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrico para realização da cirurgia denominada "Derivação Ventricular para Peritôneo/Atrio/Pleura/ Raque implante de DVE". A criança precisa, ainda, do uso contínuo da medicação Topiramato 50 mg e da realização de angioplastia. Os procedimentos devem ser realizados em qualquer Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) da rede pública ou conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), de preferência no local onde a criança já esteja aguardando atendimento. Em caso de impossibilidade de realização na rede pública,

todos os procedimentos devem ser realizados na rede particular, com todas as despesas custeadas pelos demandados. Em caso de desobediência

Em caso de desobediência, foi fixado pagamento de multa no valor de R\$ 1 mil por dia de descumprimento, até o limite de R\$ 100 mil.

## **IMPASSE**

No dia 19 de fevereiro de 2020, a criança deu entrada em estado grave no Hospital Universitário da Ufma (HUUfma), em São Luís, ocasião em que teve o atendimento ambulatorial infantil, que solicitou a realização de ressonância do crânio

crânio. Após a realização do procedimento no mês de abril de 2020, a criança foi atendida por neurocirurgião, no HUUfma, no dia 1º de dezembro de 2020. Na ocasião. o médico constatou o aumento da pressão craniana em razão da doença congênita do menor. Foi solicitada a autorização para internação hospitalar para a realização do procedimento cirúrgico "Derivação Ventricular para Peritôneo/ Atrio/Pleura/Raque", de caráter eletiva, cuja data de realização estava agendada para o dia 5 de dezembro de 2020. No entanto, desde o atendimento médico inicial e até a presente data, todos os procedimentos eletivos estão suspensos nas unidades

a criança ainda não teve o atendimento médico necessário. Sem encontrar solução, no dia 15 de abril de 2021, a mãe da criança compareceu à Promotoria de Justiça de Bom Jardim para relatar o agravamento severo da saúde do menino, o qual, em razão da pressão craniana e ausência da realização do procedimento adequado, já perdeu a visão, grita de dor, está com o perímetro cefálico aumentado, com diminuição da atividade motora, com febre e dor de cabeça intensa.

## **URGÊNCIA**

Em posse das informações, a Promotoria de Justiça de Bom Jardim conseguiu, com a ajuda do Centro de Apoio Operacional da Saúde e contato com a Secretaria de Neurocirurgia do HUUfma, avaliação médica para a criança nesta segunda, 19.

Em razão do risco de óbito e atual estado grave da criança, foi solicitado auxílio perante a Secretaria Municipal de Saúde. Porém, não foi possível realizar o procedimento na criança no Hospital Municipal de Bom Jardim, porque este não possui leito disponível e infraestrutura para tanto.

Ante a ausência de leito de UTI pediátrica disponível, a criança foi encaminhada, no dia 17 de abril, com urgência ao Hospital Socorrão em São Luís, para implante de DVE com urgência. Contudo, até o momento, encontra-se apenas "internada" nos corredores do hospital, ante à ausência de leito de UTI pediátrico disponível.

hospitalares devido à pandemia

de Covid-19, razão pela qual

POSITIVA - CM.: 44 (11 x 4 col)

inscrições para escuta pública na quinta-feira

## Comissão responsável pela atualização do Código de Proteção Ambiental inicia inscrições para escuta pública na quinta-feira

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração das propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Maranhão fará a sua primeira escuta pública no dia 6 de maio. As inscrições para essa etapa do trabalho serão iniciadas na próxima quinta-feira (22) e seguem até o dia 28 de abril, com vagas limitadas. Ao todo serão realizadas cinco escutas públicas, pela plataforma online Zoom, sobre temas pertinentes ao meio ambiente e à legislação ambiental. O grupo de trabalho foi instituído no início de fevereiro pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB),

com o objetivo de elaborar uma minuta de anteprojeto de lei, no prazo de 180 dias, que atualize, aperfeiçoe e consolide a legislação ambiental, especialmente o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei nº 5.405/1992), assegurando maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais. Othelino Neto destacou que a legislação ambiental estadual já tem cerca de 30 anos e, por isso, é preciso que ocorram ajustes.

#### **SUGESTÕES**

Segundo o promotor de Justiça Fernando Barreto, que é o presidente da Comissão de Juristas e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Maranhão (MPMA), as escutas públicas são essenciais para que o grupo de trabalho conheça as opiniões de especialistas, estudiosos, terceiro setor e empresariado sobre os diversos temas pertinentes à revisão da legislação ambiental, que devem subsidiar a proposta a ser entregue à Assembleia Legislativa.

O advogado Tarcísio Araújo, procurador-geral da Alema e membro da comissão, disse que a Assembleia tem um importante papel e, certamente, vai contribuir neste trabalho, que trará muitos benefícios para a sociedade. Ele ressaltou, ainda, que o modelo atual de representatividade e elaboração de leis requer, cada vez mais, maior participação popular e dos setores que serão afetados.

Webinar

Na próxima quinta-feira (22), a Comissão de Juristas realizará um Webinar em comemoração aos 29 anos da Lei nº 5.405/1992, que estabeleceu o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. Na ocasião, os integrantes da comissão também farão uma prévia do que ocorrerá nas escutas públicas. A Comissão de Juristas é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

# Cai proporção de idosos mortos por Covid-19, apontam cartórios

Registros mostram redução de óbitos pela doença no grupo de 90 a 99 anos, em contraste com aumento na faixa de 20 a 29

GUILHERME AMADO guilherme.amado@bsb.oglobo.com.br

os cartórios brasileiros identificaram uma redução de 64% no registro de óbitos de pessoas de 90 a 99 anos, de 49% entre as de 80 e 89 anos e de 6% na faixa etária de 70 a 79 anos, na comparação entre a média de óbitos desses grupos desde o início da pandemia e os primeiros 15 dias do mês de abril deste ano.

Por outro lado, registraram aumento proporcional da emissão de atestados de óbitos entre pessoas de faixa etária mais jovem, dos 20 aos 59 anos. Esta última mudança teve início em fevereiro, com aumento em março, que se mantém nos primeiros dias de abril.

Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), cruzados com os números históricos do estudo Estatísticas do Registro Civil, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados dos próprios cartórios brasileiros. E podem ser pesquisados no Portal da Transparência do Registro Civil.

Os idosos da faixa etária de 90 a 99 anos representavam, em média, 6,7% do total de atestados lavrados com causa da morte Covid-19. Em março, provavelmente já sob os primeiros reflexos da vacinação para essa idade, passaram a representar 3,5% dos atestados de óbito e, nos primeiros dias de abril, 2,4% do total.

A faixa entre 80 e 89 anos passou de uma média de 20,6% do total de registros para 14,9% em março, e para 10,5% em abril.

Já os atestados de óbitos entre a população de 70 a 79 anos, que, em muitos estados, acabou de receber a segunda dose da vacina, passou de uma média de 25,7% do total para 24% em abril, dando início a uma redução.

#### AINDA SOB RISCO

Já os atestados de óbito de pessoas comidades entre 20 e 29 anos, que até o mês de março representavam, em média, 1% do total registrado tendo como causa da morte a Covid, passaram a ser quase 1,27% em abril.

Já a quantidade de atestados de óbito de pessoas entre 30 e 39 anos, que representavam, em média, 3,25% das mortes, subiram em abril para 4,85%, um crescimento de 50% no número de mortes por Covid-19.

A faixa de pessoas entre 40 e 49 anos foi a que teve maior aumento de registros nova fase da pandemia. Até janeiro de 2021, representava 5% dos atestados registrados.

Em fevereiro passou a representar 7,45%, em março, 9,42% e, nos primeiros dias de abril, já representa 10,4% do total de registros de morte pela doença no país.

A população com idade entre 50 e 59 anos representava, em média, 12% do total de registros de mortes por Covid-19 em cartórios no primeiro ano completo da pandemia. Em fevereiro, passou a representar 13,4%, em março passou para 16,1% e, nos primeiros dias de abril, representa

18,4% do total de registro de mortos por Covid-19.

Começando agora a entrar no calendário de vacinação nos estados brasileiros, a população entre 60 e 69 anos segue sendo afetada pela pandemia. Atémarço de 2020 representavam, em média, 22,6% dos óbitos por Covid-19 registrados nos cartórios brasileiros. Esse número vem subindo nos últimos meses, passando para 25% em março e 27,3% na primeira quinzena de abril.



Fila do registro. A espera para emissão de atestados de óbito, em cartório no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre